

O BRASIL SAIU (NOVAMENTE) DO MAPA DA FOME DA ONU: Algumas explicações

**Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo
Henrique Talamoni Vallochi Salles Pinto**

O BRASIL SAIU (NOVAMENTE) DO MAPA DA FOME DA ONU: algumas explicações

Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo¹

Henrique Talamoni Vallochi Salles Pinto²

¹ Advogada. Professora em cursos de pós-graduação e autora de obras especializadas. Pós-doutora pela FGV em Brasília. Pós-doutora pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: anaclarissa3@hotmail.com.

² Cientista Político, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil, com pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de Paris-Saclay (AgroParisTech), França. Consultor Legislativo do Senado Federal. E-mail: hsallesp@senado.leg.br.

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Paulo Henrique de Holanda Dantas – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenação

Brunella Poltronieri Miguez – Revisão

João Cândido de Oliveira – Editoração

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Modena Lacerda

Pedro Duarte Blanco

Denis Murahovschi

Foto da Capa: Carlos Moura/Agência Senado

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

ARAUJO, A. C. M. S. & PINTO, Henrique T. V. S. **O Brasil saiu (novamente) do Mapa da Fome da ONU**: algumas explicações. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, setembro 2025 (Texto para Discussão nº 351). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 4 setembro de 2025.

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

O BRASIL SAIU (NOVAMENTE) DO MAPA DA FOME DA ONU: ALGUMAS EXPLICAÇÕES

RESUMO

Assim como em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas em 2025. A boa notícia deve ser compreendida com base em medidas executadas progressivamente no país desde janeiro de 2023, a exemplo do Programa Brasil Sem Fome, da retomada da política de valorização do salário mínimo acima da inflação e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda no país, sobretudo em regiões com maior concentração de famílias hipossuficientes.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Mapa da Fome. Políticas Públicas.

BRAZIL LEFT THE UNITED NATIONS HUNGER MAP (AGAIN): SOME EXPLANATIONS

ABSTRACT

Just as in 2014, Brazil left the United Nations Hunger Map in 2025. The good news should be understood based on progressively implemented measures since January 2023, such as the Brazil Without Hunger Program, the resumption of the policy of raising the minimum wage above inflation and the expansion of job and income opportunities nationwide, especially in regions with a higher concentration of vulnerable families.

KEYWORDS: Food and Nutritional Security. Hunger Map. Public Policies.

SUMÁRIO

1	Introdução: 2014 e 2025, anos em que o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU	1
2	Estratégia externa de SAN: Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	5
3	Estratégia Interna de SAN: Plano Brasil sem Fome (BSF).....	7
	3.1. Mobilização para o combate à fome	8
	3.2. Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania	8
	3.3. Alimentação adequada e saudável: da produção ao consumo	10
4	Considerações finais	12
5	Referências.....	13

1 INTRODUÇÃO: 2014 E 2025, ANOS EM QUE O BRASIL SAIU DO MAPA DA FOME DA ONU

O Brasil saiu do Mapa da Fome: essa era uma das frases mais comemoradas em território nacional em 2014, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o país tinha menos de 2,5% de seus habitantes expostos ao risco de subalimentação. Após anos com níveis de insegurança alimentar e nutricional crescentes, a referida frase volta a ser mencionada em 2025.

Mas, afinal, o que significa “sair do Mapa da Fome”? Quais indicadores e conceitos desenham a verdadeira topografia da fome em um país? A topografia do Mapa da Fome não se desenha em montanhas e vales geográficos, mas nos contornos da fome crônica, da insegurança alimentar e do acesso desigual aos alimentos.

A segurança alimentar é definida como uma situação em que todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, capazes de atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, garantindo uma vida ativa e saudável (FAO, 2020). Tradicionalmente, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar e nutricional (SAN) é um conceito multidimensional, que pode ser analisado sob quatro dimensões fundamentais: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (FAO, 2020).

A “disponibilidade” refere-se à presença efetiva ou potencial de alimentos, incluindo aspectos relacionados à produção, reservas, mercados, transporte e alimentos provenientes da coleta na natureza.

O “acesso” analisa se, mesmo havendo alimentos disponíveis, os domicílios e indivíduos conseguem realmente obtê-los, considerando fatores econômicos e físicos que podem limitar essa obtenção.

A “utilização” perquire se os alimentos disponíveis e acessíveis estão sendo consumidos de forma a garantir a ingestão adequada de energia e nutrientes, tangenciando questões como práticas adequadas de cuidado e

alimentação, preparo dos alimentos, diversidade dietética e absorção biológica dos nutrientes consumidos, determinando, assim, o estado nutricional dos indivíduos.

Finalmente, a “estabilidade” considera se as condições de disponibilidade, acesso e utilização são mantidas ao longo do tempo, assegurando que os domicílios permaneçam em segurança alimentar. A estabilidade pode ser afetada por fatores climáticos, econômicos, sociais e políticos, gerando instabilidade em curto prazo, que leva à insegurança alimentar aguda, ou em médio a longo prazo, que provoca insegurança alimentar crônica.

A compreensão integrada dessas quatro dimensões é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes de combate à fome e à insegurança alimentar, garantindo que os alimentos não apenas existam, mas estejam acessíveis, sejam utilizados adequadamente e estejam disponíveis de forma contínua e sustentável.

Ademais, de acordo com o *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (HLPE), criado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) da FAO, o conceito de segurança alimentar evoluiu para reconhecer a centralidade da “**agência**” e da “**sustentabilidade**”, conjuntamente, às quatro dimensões.

A “**agência**” refere-se à capacidade de indivíduos ou grupos de tomar decisões sobre os alimentos que consomem, os alimentos que produzem e a forma como esses alimentos são produzidos, processados e distribuídos, bem como à possibilidade de participar nos processos que moldam as políticas e a governança alimentar. A “**sustentabilidade**”, por sua vez, refere-se à capacidade em longo prazo dos sistemas alimentares de fornecer segurança alimentar e nutricional sem comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais que sustentam esse direito para as gerações futuras (HLPE, 2020).

Políticas de segurança alimentar e nutricional são mais eficazes quando inseridas em uma abordagem de sistemas alimentares sustentáveis, que englobam todos os elementos e atividades relacionados à produção, ao processamento, à distribuição, ao preparo e ao consumo de alimentos, bem como os resultados dessas atividades, incluindo impactos socioeconômicos e ambientais. Esse enfoque sistêmico permite compreender a complexidade das

inter-relações entre fatores de mudança e o funcionamento efetivo dos sistemas alimentares (HLPE, 2020).

Para mensurar a disponibilidade de alimentos, utilizam-se estatísticas nacionais de produção e consumo aparente, derivadas de pesquisas agrícolas e levantamentos de consumo doméstico. Esses dados permitem avaliar se há alimentos suficientes para a população e identificar desequilíbrios regionais (FAO, 2020).

O acesso é monitorado principalmente por meio da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), que avalia diretamente a experiência das pessoas diante da dificuldade em acessar alimentos seguros e nutritivos, permitindo estimar a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave e comparar taxas entre países e subpopulações (FAO, 2020; HLPE, 2020).

A utilização é mensurada por pesquisas de consumo e despesas domiciliares (HCES – *Household Consumption and Expenditure Surveys*), que estimam o consumo de alimentos e a ingestão de macro e micronutrientes, permitindo identificar deficiências nutricionais e orientar políticas de nutrição e fortificação (FAO, 2020).

A estabilidade é avaliada combinando indicadores como a Prevalência de Desnutrição (PoU – *Prevalence of Undernourishment*) com o acompanhamento de variações de produção, preços, renda e impactos de crises climáticas, econômicas e sociais. Esses dados permitem estimar a proporção da população que consome energia insuficiente de forma persistente e monitorar tanto a insegurança alimentar aguda quanto a crônica (FAO, 2020).

Essas metodologias, aplicadas de forma integrada, fornecem uma visão detalhada da topografia da fome em um país ou região, identificando áreas mais vulneráveis e subsidiando políticas públicas mais precisas. Quando combinadas à perspectiva de sistemas alimentares sustentáveis e ao direito à alimentação adequada, essas ferramentas contribuem para monitorar e avançar na redução da fome e na melhoria da nutrição, alinhando-se ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável (FAO, 2020; HLPE, 2020).

O Mapa da Fome, elaborado pela FAO, tornou-se um símbolo poderoso da luta contra a insegurança alimentar, pois indica os países que enfrentam taxas alarmantes de subalimentação e funciona como um parâmetro internacional para avaliar os avanços e retrocessos em relação ao direito humano à alimentação adequada.

Nesse contexto, a Agenda 2030 da ONU estabelece, no ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o compromisso de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, promovendo a agricultura sustentável. Assim, o Mapa da Fome dialoga diretamente com o ODS 2, uma vez que o monitoramento global da fome e da segurança alimentar é parte essencial para aferir o cumprimento das metas estabelecidas.

A FAO, portanto, como organismo especializado, desempenha papel central nesse processo, fornecendo dados, metodologias e apoio técnico aos países, para que a eliminação da fome não seja apenas uma promessa, mas uma realidade mensurável (FAO, 2024).

De acordo com a ONU, o critério utilizado para a inclusão ou retirada de um país do Mapa da Fome é o método PoU, que estima o percentual da população que consome menos calorias do que o necessário para manter uma vida saudável e ativa. Três variáveis compõem o referido indicador, quais sejam:

- a estimativa da quantidade total de alimentos disponíveis no país;
- a forma como esses alimentos são distribuídos entre a população, levando em conta desigualdades de renda e acesso;
- a identificação da parcela da população cuja ingestão calórica está abaixo do mínimo necessário.

A ONU calcula o índice em análise com base em médias trienais. No caso do Brasil, a média entre 2022 e 2024 ficou abaixo do limite, o que possibilitou ao país sair da lista em 2025.

Com efeito, a média trienal inferior a 2,5% da população brasileira em situação de subnutrição — índice considerado pela FAO como parâmetro para a retirada de um país desse indicador global de insegurança alimentar — é atribuída ao “Plano Brasil Sem Fome”, articulado tanto com avanços macroeconômicos identificados no aumento da inclusão produtiva de pessoas

hipossuficientes e no resgate da política de valorização real do salário mínimo, como com um conjunto de políticas públicas intersetoriais implementadas a partir de 2023, como o fortalecimento do Bolsa Família, a ampliação da alimentação escolar e o apoio à agricultura familiar. Segundo o ministro Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento Social, tais ações permitiram que o objetivo inicialmente previsto para 2026 fosse atingido em apenas dois anos (MDS, 2025).

O texto que ora se introduz tem, portanto, o objetivo de analisar estratégias promovidas pelo governo brasileiro, de política externa e interna, que contribuíram para melhorar os níveis de segurança alimentar e nutricional (SAN) em território pátrio, algumas das quais serão resumidas nos capítulos a seguir.

2 ESTRATÉGIA EXTERNA DE SAN: ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA

Proposta no âmbito do G20, coalizão que agrega as vinte maiores economias do mundo, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza representa abordagem inovadora para acelerar esforços no alcance dos ODS 1 e 2, relacionados, respectivamente, à Erradicação da Pobreza e à Fome Zero. Nesse contexto, a Aliança proporciona impulso político contínuo e incentiva o multilateralismo para facilitar a mobilização e melhorar o alinhamento do apoio nacional e internacional necessário para executar programas e instrumentos de política baseados em evidências, administrados pelos países-parte, centrando-se tanto nas regiões mais afetadas pela fome e pela pobreza extrema, como nas pessoas hipossuficientes.

A Aliança¹ em análise tem dois objetivos principais:

1. Proporcionar impulso político sustentado no mais alto nível pelos países do G20 e por outros membros da Aliança Global, estimulando a ação coletiva e promovendo sinergias com outros esforços existentes para eliminar a fome e a pobreza em todo o mundo.

¹ Ver: **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – Termos de Referência e Estrutura de Governança**. Disponível em: <<https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/global-alliance-against-hunger-and-poverty-terms-of-reference-and-governance-framework/#high-level-objectives>>. Acesso em: 3 de ago. 2025.

2. Facilitar a mobilização e o melhor alinhamento do apoio doméstico e internacional, incluindo recursos financeiros públicos e privados e conhecimentos, para possibilitar a implementação em larga escala de instrumentos e programas de políticas públicas baseados em evidências, liderados pelos países e por eles apropriados, especialmente pelos países mais afetados pela fome e pela pobreza extrema, com foco nas pessoas em situações de vulnerabilidade e naquelas mais propensas a serem deixadas para trás.

Além dos objetivos, também cumpre destacar que a Aliança pode ser composta por:

1. Estados e observadores da ONU e membros do G20;
2. Nações Unidas e seus órgãos associados, programas e agências especializadas;
3. Outras organizações intergovernamentais regionais e internacionais;
4. Agências nacionais, regionais e internacionais de ajuda e desenvolvimento;
5. Bancos de desenvolvimento nacionais, regionais e internacionais;
6. Fundos internacionais e outros fundos fiduciários;
7. *Think-tanks* locais, nacionais, regionais e internacionais, centros de pesquisa, instituições acadêmicas e outras organizações de conhecimento;
8. Organizações filantrópicas;
9. Plataformas internacionais, mecanismos, redes, iniciativas, coletivos e organizações da sociedade civil.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se que os membros da Aliança Global integram pelo menos um dos três pilares:

- a) Pilar Nacional – os compromissos sob o Pilar Nacional visam ampliar o financiamento e os recursos domésticos destinados ao alcance dos objetivos da Aliança no território do país-parte, bem como ao apoio a outros países na implementação de políticas e instrumentos de políticas semelhantes, inclusive por meio de cooperação técnica, compartilhamento de conhecimento (voluntário, em termos mutuamente acordados), cooperação Sul-Sul e trilateral ou outras modalidades de assistência.

- b) Pilar de Apoio Financeiro – podem integrar esse pilar uma grande variedade de entidades de apoio, públicas e privadas, de diferentes países, que se comprometem a apoiar os países membros da Aliança em seus compromissos nacionais para implementar programas de redução da fome e da pobreza.
- c) Pilar de Conhecimento – agrega instituições nacionais, regionais e internacionais renomadas, incluindo instituições acadêmicas, especializadas na geração de conhecimento e assistência técnica, visando o compartilhamento voluntário de conhecimento em termos mutuamente acordados entre os membros da Aliança.

O Brasil foi um dos principais idealizadores da Aliança e de sua estrutura. Com base nos objetivos e pilares supracitados, foi possível executar uma série de estratégias que contribuíram para aumentar os níveis de SAN em todo o território nacional entre 2023 e 2025, como demonstrado na seção seguinte deste estudo.

3 ESTRATÉGIA INTERNA DE SAN: PLANO BRASIL SEM FOME (BSF)

Se a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é o principal ativo brasileiro de promoção de SAN nas relações internacionais atualmente, o Plano Brasil sem Fome (BSF) representa sua contraparte em território pátrio. Lançado no dia 31 de agosto de 2023 com o objetivo de retirar novamente o país do Mapa da Fome da ONU, o BSF é articulado por meio do trabalho compartilhado de 24 ministérios que integram a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), abrangendo ações e programas que atuam em dimensões importantes do enfrentamento à fome.

A execução do BSF depende de uma ampla pactuação intersetorial e federativa, organizada no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio de três eixos estruturantes:

1. Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
2. Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo;
3. Mobilização para o combate à fome.

3.1. MOBILIZAÇÃO PARA O COMBATE À FOME

A mobilização para o combate à fome representa parâmetro para a execução intersetorial do plano em análise, uma vez que diz respeito à articulação dos governos federal, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil para integrar esforços e iniciativas de combate à fome. Nesse contexto, prioriza-se o fortalecimento do Sisan, a organização da Rede de Iniciativas da Sociedade Civil e as Caravanas por um Brasil sem Fome, com prioridade para regiões que concentram famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional grave.

3.2. ACESSO À RENDA, REDUÇÃO DA POBREZA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Além da valorização do benefício do Programa Bolsa Família, que manteve o mínimo de R\$ 600 previstos pelo antigo Auxílio Brasil em 2022, duas estratégias macroeconômicas devem ser destacadas no sentido de aumentar a renda disponível das famílias para a compra de alimentos: *a)* redução do desemprego no mercado de trabalho formal e aumento do empreendedorismo entre famílias hipossuficientes; e *b)* valorização do salário mínimo acima do índice de inflação constatado no país.

Em relação à primeira estratégia mencionada, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a taxa de desemprego no Brasil alcançou 7,0% no primeiro trimestre de 2025 e 5,8% no segundo trimestre do referido ano – no segundo trimestre de 2024, a taxa foi de 6,9% –, marcando o resultado mais baixo na série histórica iniciada em 2012. Outro destaque do período entre abril e junho de 2025 diz respeito ao fato de que o rendimento médio mensal real habitualmente recebido em todos os trabalhos também alcançou nível recorde, chegando a R\$ 3.477, número que representa crescimento de 1,1% ante o trimestre de janeiro a março desse ano e de 3,3% sobre o mesmo período do ano anterior².

² Ver: **IBGE**: Desemprego cai a 5,8% no 2º trimestre, menor nível na série histórica. CNN Brasil, Money, 31 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-desemprego-de-58-no-tri-ate-junho-diz-ibge/>>. Acesso em: 4 de ago. 2025.

Cumpra-se destacar que a maioria dos empregos gerados no Brasil ao longo do período em análise se relaciona com o mercado de trabalho formal. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³, o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado também atingiu patamar recorde (39,8 milhões) entre março e maio de 2025, registrando estabilidade (0,8%) em relação ao trimestre anterior e aumentando 3,7% se comparado ao mesmo período de 2024.

A Secretaria de Comunicação Social⁴ da Presidência da República destaca que, ao longo de todo o primeiro semestre de 2025, 80% das vagas formais geradas no Brasil foram preenchidas por pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), principal ferramenta de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criados 1,22 milhão de empregos com carteira assinada no período indicado, sendo 977 mil ocupados por esse público. Nesse contexto, destaca-se a maior inclusão produtiva de mulheres, as quais representaram 52,9% do saldo de vagas entre os inscritos no CadÚnico e 55,5% (2.737.997) das admissões totais – os homens, por sua vez, representaram 47,1% do saldo de empregos no CadÚnico e 44,5% (2.196.442) das contratações.

Avanços na inclusão produtiva de famílias hipossuficientes também podem ser constatados no empreendedorismo. Estudo⁵ realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) identificou que, aproximadamente, 30% de todos os

³ Ver: BRASIL. Agência Gov. **Emprego com carteira assinada e rendimento dos trabalhadores batem recorde**. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202506/taxa-de-desocupacao-recua-e-emprego-com-carteira-bate-recorde-no-trimestre-encerrado-em-maio>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

⁴ Ver: BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Inscritos no CadÚnico preenchem 80% dos empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2025**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/inscritos-no-cadunico-preenchem-80-dos-empregos-com-carteira-assinada-no-primeiro-semester-de-2025#:~:text=Inscritos%20no%20Cad%C3%A9nico%20preenchem%2080,2025%20%E2%80%94%20Secretaria%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Social>>. Acesso em: 22 de agosto de 2025.

⁵ Ver: AGÊNCIA SEBRAE. **30% dos microempreendedores individuais estão inscritos no CadÚnico**. ASN Nacional, Brasília, DF, 22 jul.2024. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/30-dos-microempreendedores-individuais-do-pais-estao-inscritos-no-cadunico/>>. Acesso em: 22 de ago.2025.

microempreendedores individuais (MEI) do país estão no CadÚnico – entre as pessoas que compõem esse percentual, predominam pessoas não brancas (63%) e mulheres (55%).

A retomada da política de reajuste anual do salário mínimo acima da inflação é a segunda estratégia que contribui para aumentar o poder de compra de famílias brasileiras hipossuficientes no período em análise. De acordo com a Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, o reajuste supracitado considera dois critérios: a) inflação de 12 meses até novembro do ano anterior, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); e b) avanço do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior ao da fixação do reajuste, limitado a 2,5%.

3.3. ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

Concomitantemente ao maior poder aquisitivo de famílias de baixa renda, proporcionado pelo aumento do salário mínimo real em contexto de maior inclusão produtiva no mercado brasileiro, o BSF também prioriza o mapeamento e a identificação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional para incluí-las em políticas de proteção social e acesso à alimentação. Entre essas políticas, citam-se:

- a) Plano Safra da Agricultura Familiar;
- b) Política de Agroecologia;
- c) Segurança Alimentar nas cidades;
- d) Combate ao desperdício de alimentos;
- e) Política Nacional de Abastecimento;
- f) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- g) Programa de Aquisição de Alimentos;
- h) Fomento Rural;
- i) Formação de Estoques.

Vários dos referidos programas e políticas tiveram seus orçamentos ampliados. No caso do Pnae, por exemplo, após congelamento de recursos entre 2018 e 2022, reajustou-se seu orçamento em R\$ 5,5 bilhões no ano de

2023 – em Sergipe, Roraima, Piauí, Maranhão e no Distrito Federal, o referido reajuste representou acréscimo de mais de 40% do orçamento do ano anterior⁶. Em relação aos estoques de alimentos, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) tem reajustado suas tarifas desde 2023 para tornar mais atrativa a atuação de armazenadores privados credenciados e ampliar a rede de unidades aptas a receber produtos vinculados às ações de estoques públicos, estratégicos para, por um lado, garantir preços mínimos ao produtor rural e, por outro lado, para a distribuição de alimentos a famílias hipossuficientes⁷. As ações da Conab ganharam ainda mais relevância com a publicação do Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023⁸, que institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), como parte das atividades do Sisan, e que dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.

Outro exemplo a ser destacado diz respeito ao Plano Safra da Agricultura Familiar, que ampliou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a concessão de crédito rural a taxas de juros reais negativas, com o objetivo de facilitar a produção de alimentos no país – a referida ampliação foi de 47,5% quando comparado ao orçamento executado no governo anterior. Nesse contexto, manteve-se a taxa de 3% para financiar a produção de alimentos fundamentais para a alimentação popular, como arroz, feijão, mandioca, frutas, verduras, ovos e leite – caso o cultivo seja orgânico ou agroecológico, a taxa de juros prevista é de apenas 2%⁹.

⁶ Ver: BRASIL. Ministério da Educação. **Reajuste do PNAE supera 40% em alguns estados**. Brasília, DF, 14 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/reajuste-no-pnae-supera-40-em-alguns-estados#:~:text=Reajuste%20no%20PNAE%20supera%2040%25%20em%20alguns%20estados%20E2%80%94%20Minist%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

⁷ Ver: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Agricultura Familiar. **Tarifas de armazenagem são reajustadas para estimular ampliação da rede credenciada**. Companhia Nacional de Abastecimento, 02 jun. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/tarifas-de-armazenagem-sao-reajustadas-para-estimular-ampliao-da-rede-credenciada>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11820.htm>. Acesso em: 24 ago. 2025.

⁹ Ver: BRASIL. Agência gov. **Governo Federal investe R\$ 89 bilhões na agricultura familiar**. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202506/governo-federal-investe-r-89-bilhoes-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução de políticas públicas orientadas pela multidimensionalidade do conceito de SAN foi decisiva para retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2025. Constatam-se avanços simultâneos na disponibilidade, no acesso e na utilização de alimentos em território brasileiro.

O fortalecimento da pequena produção rural e o resgate da política de estoques públicos foram imprescindíveis para aumentar a disponibilidade e a reserva de alimentos no país. Nesse contexto, destaca-se a salutar ampliação de recursos tanto para o Pronaf e o Plano Safra da Agricultura Familiar, como para a Conab, a qual reverteu a tendência de diminuição de estoques de alimentos constatada no período em que o Brasil retornou ao Mapa da Fome em análise.

A diminuição do desemprego no mercado de trabalho formal e o estímulo ao empreendedorismo, especialmente entre pessoas registradas no CadÚnico, bem como a retomada da política de valorização real do salário mínimo têm aumentado o poder de compra de famílias hipossuficientes em território nacional. Nesse contexto, reduzem-se os fatores econômicos ou mesmo físicos que tradicionalmente as impedem de consumir alimentos em seus lares, aumentando seu acesso a produtos outrora raros ou mesmo ausentes de seu cotidiano.

Além de maior disponibilidade e acesso, ampliaram-se ações que conscientizam a sociedade sobre a utilização dos alimentos, a fim de que sejam consumidos de forma a garantir a ingestão adequada de energia e nutrientes. Nesse particular, ganha destaque o eixo do Plano Brasil sem Fome relacionado à alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo, que articula um conjunto de programas e ações que contribuem para promover a diversidade dietética e a absorção dos nutrientes consumidos pela população.

Por fim, mas não menos importante, cumpre destacar que tanto a estratégia interna do BSF, como a externa identificada na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, representam parâmetros que contribuem para proporcionar estabilidade às outras três dimensões da SAN (disponibilidade, acesso e utilização). Caso as referidas estratégias não sejam compreendidas como prioridade de um governo específico, mas sejam identificadas como prioridade de Estado, será possível manter o Brasil fora do Mapa da Fome da ONU tanto no curto, quanto no longo prazo.

5 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE. 30% dos microempreendedores individuais estão inscritos no CadÚnico. **ASN Nacional, Brasília, DF, 22 jul. 2024.** Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/30-dos-microempreendedores-individuais-do-pais-estao-inscritos-no-cadunico/>>. Acesso em: 22 ago. de 2025>.

BRASIL. Agência Gov. **Emprego com carteira assinada e rendimento dos trabalhadores batem recorde.** Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202506/taxa-de-desocupacao-recua-e-emprego-com-carteira-bate-recorde-no-trimestre-encerrado-em-maio>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Agência Gov. **Governo Federal investe R\$ 89 bilhões na agricultura familiar.** Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202506/governo-federal-investe-r-89-bilhoes-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reajuste do PNAE supera 40% em alguns estados.** Brasília, DF, 14 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/reajuste-no-pnae-supera-40-em-alguns-estados#:~:text=Reajuste%20no%20PNAE%20supera%2040%25%20em%20alguns%20estados%20%E2%80%94%20Minist%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Tarifas de armazenagem são reajustadas para estimular ampliação da rede credenciada.** Disponível em: <<https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/tarifas-de-armazenagem-sao-reajustadas-para-estimular-ampliao-da-rede-credenciada>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes.** Segurança Alimentar, 28 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Inscritos no CadÚnico preenchem 80% dos empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2025.** Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/inscritos-no-cadunico-preenchem-80-dos-empregos-com-carteira-assinada-no-primeiro-semester-de-2025#:~:text=Inscritos%20no%20Cad%C3%A9nico%20preenchem%2080,2025%20%E2%80%94%20Secretaria%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Social>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2024. ***The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms.*** Rome.

<<https://doi.org/10.4060/cd1254en>>. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd1254en>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FAO. **Measuring hunger, food security and food consumption**. Disponível em: <<https://www.fao.org/measuring-hunger/en>> Acesso em: 20 ago. 2025.

FAO. **Measuring food safety – Indicators to achieve Sustainable Development Goals (SDGs)**. Food safety technical toolkit for Asia and the Pacific No. 9. Bangkok. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ea1fe5c6-bb6b-40a8-b388-66413887bcb4/content>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ca9692en>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Global Alliance Against Hunger and Poverty. **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza – Termos de Referência e Estrutura de Governança**. Disponível em: <<https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/global-alliance-against-hunger-and-poverty-terms-of-reference-and-governance-framework/#high-level-objectives>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

HLPE. 2020. *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*, Rome. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/8357b6eb-8010-4254-814a-1493faaf4a93/content>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

IBGE: Desemprego cai a 5,8% no 2º trimestre, menor nível na série histórica. CNN Brasil, Money, 31 jul. 2025. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-desemprego-de-58-no-tri-ate-junho-diz-ibge/>>. Acesso em: 4 ago. 2025.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos e
Pesquisas

Consultoria
Legislativa

SENADO
FEDERAL



ISSN 1983-0645